



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 7 • nº 4 • 03 a 16/04/10 • ISSN1809-6182

Análises

15/04/2010 – A visita de Lula ao Oriente Médio: consolidação de um projeto de liderança latino-americanap.01

A visita do Presidente Lula ao Oriente Médio é a primeira de um chefe de Estado brasileiro a Israel, Palestina e Jordânia. Foi resultado de um processo de cinco anos de planejamento e mais de um século de política externa.

15/04/2010 – A política externa do governo Lula: entre a ideologia e o pragmatismo.....p.03

Algumas ações e decisões da política externa do governo Lula (2002-2010) foram conceituadas como sendo estritamente ideológicas, seguindo a perspectiva esquerdista do Partido dos Trabalhadores. Outros afirmam que as mesmas decisões concentram-se no caráter pragmático, abrindo caminho para um amplo debate entre o caráter ideológico ou pragmático da política externa brasileira.

15/04/2010 – Hillary Clinton visita o Brasil: divergências acerca da legitimidade do programa nuclear iraniano.....p.08

A visita da secretária de Estado estadunidense, Hillary Clinton, ao Brasil, no início deste mês, chamou a atenção não só pelas discussões das relações entre os dois Estados e suas políticas para o continente americano, mas também pelas divergências acerca da legitimidade do programa nuclear do Irã. Com discursos divergentes, os dois países tentam chegar a um consenso para tentar solucionar a questão nuclear iraniana.

A Visita de Lula ao Oriente Médio: consolidação de um projeto de liderança latino-americana

Análise
Desenvolvimento
Clarice Moreira de Moraes
15 de Abril de 2010

A visita do Presidente Lula ao Oriente Médio é a primeira de um chefe de Estado brasileiro a Israel, Palestina e Jordânia. Foi resultado de um processo de cinco anos de planejamento e mais de um século de política externa.

A política externa brasileira possui algumas características que vêm sendo reproduzidas ao longo das décadas, especialmente desde o advento da Primeira República (1889-1930). A chamada “política externa conciliadora e pacifista” é uma dessas características, se não a mais marcante. A neutralidade brasileira durante grande parte da Primeira Guerra Mundial e sua atuação já tardia na Segunda Grande Guerra são exemplos dessa característica da política externa brasileira. Desde a gestão do Barão do Rio Branco, no Itamaraty, o governo brasileiro demonstrou seu objetivo de ser líder regional na América Latina. Atualmente, a administração do presidente Lula, para muitos, consolidou este ideal.

A recente viagem do Presidente ao Oriente Médio representou a primeira visita oficial de um chefe de estado brasileiro à região. Na agenda constaram visitas a Israel, Territórios Palestinos e, por fim, à Jordânia. Vale ressaltar que a figura carismática do Presidente Lula, aliada ao empenho do Itamaraty, foram fundamentais para que, após cinco anos de negociações e preparo esta viagem ao Oriente Médio pudesse ser realizada.

O objetivo do governo brasileiro é claramente político: demonstrar que o país se coloca disponível para atuar como possível mediador no processo de paz

entre Israel e Palestina. Porém, a viagem ocorreu no momento em que acabara de ser feito o anúncio do governo israelense de que mais de mil novas casas serão construídas em Jerusalém Oriental. Apesar da declarada posição contrária do Brasil a esta expansão, o Presidente se absteve de fazer comentários enfáticos a esse respeito. Tratou o tema de maneira sutil, conduzindo as conversas para um viés conciliador, de forte cunho pacifista. Outro fato também evitado foram as possíveis sanções ao Irã. Apesar do porta-voz Israelense, Mark Regev, ter deixado claro que isto seria muito enfatizado por Israel durante a visita, o Presidente Lula manteve a postura já declarada de ser a favor, em princípio, do diálogo com o Irã.

Um aspecto que se tornou muito evidente após estes quatro dias de visita é a imagem internacional positiva do Brasil, particularmente no Oriente Médio. Apesar das divergências com Israel a respeito do Irã, tanto o porta-voz do premiê israelense, Mark Regev, quanto o porta-voz do governo palestino, Ghassan Hatib, disseram que a influência internacional do Brasil é "crescente"¹.

Para Hatib, além da importância internacional "em todos os assuntos", o Brasil é "o líder da América Latina".

¹ Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100312_israelgulaguilaebc.shtml?s

Entretanto, ao mesmo tempo em que o Presidente brasileiro visitava Israel e Palestina, o chamado “Quarteto para o Oriente Médio” se reuniu para discussões acerca de um acordo de paz. Estados Unidos, Rússia, União Européia e ONU – o dito “Quarteto” – afirmaram que Israel e a Liderança Palestina têm um prazo de 24 meses para selarem um acordo de paz. Em nenhum momento declararam incentivar a participação de outros mediadores, inclusive fomentaram a possibilidade de uma conversa direta entre as partes em médio prazo.

É claramente questionável a maneira como o governo brasileiro se declarou como possível mediador; reuniões realizadas pelo “Quarteto” sequer cogitaram a possibilidade de o Brasil participar das mesmas. Para muitos analistas, inclusive, essa visita ocorreu tardiamente e em um momento muito pouco propício, especialmente no que tange à questão iraniana. Ademais, o fundamental para que um mediador seja aceito por ambas as partes é este ser imparcial. Neste caso, o Brasil tem inclinações para o lado árabe, como já mencionado, por defender o diálogo com o Irã- fato praticamente inaceitável para Israel.

Dessa forma, durante os quatro dias de visita do Presidente Lula ao Oriente Médio, o objetivo político do país de se tornar um mediador foi exposto, aparentemente bem recebido pelas duas partes, embora nada de concreto tenha sido firmado. Apesar de sua crescente presença nas principais arenas de debates internacionais, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para se tornar, de fato, um dos mediadores no conflito entre Israel e Palestina. Apesar disso, foi reafirmada a presença relevante do Brasil no cenário internacional, que atualmente vem sendo de grande destaque dentre os países da América Latina. Após um século de articulações, voltadas para a conquista da liderança no continente latino-americano, o Brasil está obtendo os

resultados da política externa iniciada no século XIX, e busca estar cada vez mais inserido nos principais debates internacionais.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha On Line

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u709097.shtml>

Haaretz – Periódico Israelense

<http://www.haaretz.com/hasen/spages/1155868.html>

Reuters Brasil

<http://br.reuters.com/>

Livros e Artigos:

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado L. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: UnB, 2002

Palavras-chave: Oriente Médio, Brasil, mediador, liderança.

A política externa do governo Lula: entre a ideologia e o pragmatismo

Análise
Desenvolvimento
Daniel Peluso Rodrigues da Silva
15 de Abril de 2010

Algumas ações e decisões da política externa do governo Lula (2002-2010) foram conceituadas como sendo estritamente ideológicas, seguindo a perspectiva esquerdista do Partido dos Trabalhadores. Outros afirmam que as mesmas decisões concentram-se no caráter pragmático, abrindo caminho para um amplo debate entre o caráter ideológico ou pragmático da política externa brasileira.

O governo do atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está chegando ao fim. Nestes quase oito anos de mandato muitas decisões e posicionamentos do Brasil no que diz respeito a sua política externa chamaram a atenção e fizeram surgir o debate entre o caráter ideológico ou pragmático das decisões externas do Brasil.

O declarado apoio ao Irã e a Venezuela, a postura do governo brasileiro perante a nacionalização do gás boliviano e a retaliação aos Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC), são exemplos concretos de que em alguns momentos a política externa do governo Lula oscilou entre dois pontos: a ideologia esquerdista do Partido dos Trabalhadores e os ganhos práticos e políticos que determinados posicionamentos acarretaram para o governo brasileiro. Seria interessante estabelecer uma breve análise de cada um destes eventos, e no momento final fundamentar uma avaliação sobre o caráter ideológico ou prático da política externa brasileira no governo em questão.

Venezuela e o Brasil

Desde o início do seu mandato, o presidente brasileiro deixou claro que concentraria sua política externa nas relações com os países subdesenvolvidos, voltando especialmente suas atenções para a América Latina e mais precisamente para a América do Sul.

O ponto a se destacar nas relações Brasil-Venezuela é o que diz respeito à votação no Congresso Nacional brasileiro sobre a entrada ou não deste país no Mercosul. De acordo com o Tratado de formação do Mercosul¹ (Tratado de Assunção), é necessário que o poder Legislativo dos países pertencentes a este bloco venha aprovar a entrada de um outro país².

Senadores da oposição (PSDB e DEM) pertencentes à Comissão de Relações Exteriores do Senado logo “ideologizaram” o debate, afirmando que não seria interessante para a imagem brasileira aprovar a integração regional de

¹ Mercosul – Vide glossário.

² Ratificação – inserir o texto no ordenamento jurídico nacional, ou seja, receber aprovação do Poder legislativo, validando assim o acordo.

um país com traços característicos do autoritarismo, comandado por um potencial ditador (Hugo Chávez), como a Venezuela.

O processo foi longo e demorado, no qual a oposição tentou de todas as formas se não barrar, obter ganhos paralelos sobre essa questão. Negociações e barganhas foram presentes e incessantes, até que o Brasil finalmente aprovou a entrada da Venezuela no Mercosul.

Deixando as questões ideológicas de lado, a entrada da Venezuela no Mercosul pode vir a representar ganhos consideráveis para o Brasil. Segundo dados, do total das importações da Venezuela 10,7% são do Brasil, número maior do que China e México juntos³.

Os empresários brasileiros, mais precisamente do setor automobilístico mostram-se animados com o crescente aumento das exportações brasileiras de carros para este país, onde o mercado comum poderia potencializar e elevar ainda mais esse otimismo.

Irã e o Brasil

As relações Brasil-Irã se reforçaram sobremaneira no governo Lula. É preciso entender a situação dos dois países em suas regiões, com o objetivo de compreender melhor a intensificação destas relações.

O Brasil é considerado a 10ª economia mundial, tem características que apontam para uma possível liderança regional da América do Sul e se mostra como influente ator nos fóruns multilaterais, além de se destacar por seu posicionamento na luta contra a pobreza, a exclusão e o desenvolvimento econômico das nações pobres. Na mesma linha, o Irã dotado de grandes recursos naturais, economia crescente e dinâmica,

expressando-se como um potencial líder do Oriente Médio, no qual seus principais objetivos são: avanço científico-tecnológico, desenvolvimento econômico e segurança. A nação iraniana tem se destacado no cenário internacional principalmente pelo desenvolvimento de seu programa nuclear, oficialmente declarado para fins pacíficos.

As aproximações do governo brasileiro com o Irã por diversas vezes foram encaradas estritamente pelo viés ideológico, no qual muitos acreditavam que o Presidente Lula estava buscando aliados “anti-americanistas” ou “anti-imperialistas”, com o objetivo de contrabalançar a influência norte-americana em suas respectivas regiões. Ou seja, Brasil e Irã colocam-se como potenciais líderes em regiões historicamente marcadas pela supremacia e liderança dos Estados Unidos.

Tal postura do governo brasileiro foi por vezes criticada, ao se alinhar a um país duramente criticado pelas grandes potências e que se demonstrava como um iminente perigo à relativa paz do Oriente Médio.

Na via contrária, alguns analistas compreenderam este posicionamento brasileiro como uma jogada estratégica, pois o governo iraniano iniciou-se em um processo de profundo engajamento das relações sul-sul, no qual o Brasil percebeu oportunidades de ganhos em diversas áreas: seja comercial, tecnológica, científica, apoio político e influência regional no Oriente Médio.

De acordo ainda com esta visão pragmática, as potencialidades de ganhos seriam perceptíveis nas relações entre Brasília e Teerã: o Brasil teria a oportunidade de diversificar seus mercados, obter um parceiro de relativa influência internacional como possível voto favorável nas reformas do Conselho de Segurança, nas instituições financeiras, de comércio e nas questões ambientais. Da mesma forma, tal parceria projetaria o

³ CIA World Factbook (2008)

Brasil e facilitaria sua inserção a nível global, com destaque para sua supremacia regional.

Brasil e o gás boliviano

Nesta questão a política externa do governo Lula foi duramente criticada. No dia 1º de Maio de 2006, uma nova lei do governo boliviano determinou um prazo de 180 dias para a passagem do controle acionário das empresas petrolíferas estrangeiras que operam no país para a YPFB (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*), a empresa estatal petrolífera da Bolívia, gerando enormes transtornos a empresa estatal brasileira Petrobrás que mantinha operações naquele país.

Após esta medida, esperava-se que o governo brasileiro reagisse de forma enérgica a esta ação unilateral do então atual presidente da Bolívia, Evo Morales. Porém, a postura de política externa brasileira foi adotar o curso da diplomacia e da negociação, não tomando nenhuma medida de retaliação em relação à postura do governo boliviano. Tal postura “passiva” fez com que certos analistas considerassem-na como puramente ideológica, já que o presidente Evo Morales havia sido eleito com objetivos específicos de lutar pelas camadas mais pobres da população (indígenas), onde a nacionalização de setores estratégicos seria sua principal ferramenta para alcançar as metas traçadas.

Na contramão desta análise estabelece-se mais uma vez o caráter prático pelo qual os tomadores de decisão do Itamaraty encararam a situação. Naquela época, de todo o seu consumo de gás 50% vinham da fonte boliviana, ou cerca de 24 milhões de metros cúbicos por dia, abastecendo principalmente a forte indústria paulistana e dos Estados do Sul. Por outro lado, o consumo brasileiro de gás correspondia a 75% do gás produzido pela Bolívia, ou seja, esta também não poderia

romper imediatamente com a parceria estabelecida com o Brasil⁴.

Assim, o Itamaraty guiou-se pela negociação e diplomacia, não adotando medidas enérgicas de intervenção ou retaliação, onde a busca por um denominador comum entre o Brasil e a Bolívia foi o foco dos embaixadores brasileiros na negociação. Tal ação impediu a interrupção do gás para abastecimento da indústria brasileira, bem como preservou a vantajosa parceria para os bolivianos com o Brasil.

O Brasil e a retaliação aos Estados Unidos na OMC

Após longos anos de disputas no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), a OMC concedeu ao Brasil o direito de retaliar os Estados Unidos em virtude dos subsídios norte-americanos concedidos aos produtores de algodão daquele país.

Essa vitória na OMC representa pelo menos dois avanços significativos: 1) o regime multilateral de comércio demonstra-se pelo menos como difusor de regras mais justas e iguais entre os países que comercializam; 2) é a primeira vez que a OMC concede aval para uma retaliação cruzada, ou seja, o Brasil foi prejudicado principalmente em seu setor de agricultura, mas poderá retaliar os Estados Unidos em outros setores, e não restritamente no setor agrícola.

Porém parte da opinião pública brasileira encarou esta decisão do governo brasileiro de efetivamente implementar a retaliação aos norte-americanos motivada por questões puramente ideológicas, como se o Brasil enviasse uma mensagem para o Tio Sam de que não estaria completamente comprometido com todos os interesses do capitalismo

⁴ Dados retirados de: A Bolívia, o Brasil e o gás. Nota técnica, DIEESE, n. 23, Maio, 2006.

estadunidense. Ou seja, o Brasil estaria afirmando sua posição de esquerda e não “obediência” aos princípios do predatório capitalismo imperialista norte-americano.

Mas é possível se pensar o outro lado da questão. Ao retaliar os Estados Unidos, o Brasil estaria afirmando seu posicionamento como cumpridor e respeitador das normas e regras das Organizações Internacionais, obtendo também vantagens em setores sensíveis de sua economia, ao impor tarifas mais altas por determinado período.

Ideologia ou pragmatismo?

De fato, a política externa do governo Lula foi caracterizada por apresentar este pêndulo constante entre o debate ideológico e o caráter pragmático de suas relações. O importante a se ressaltar é que, independente da interpretação do fato, a política externa deve sempre buscar garantir o interesse nacional e a maximização dos ganhos internos através do engajamento externo.

Seja pela ideologia ou pelo viés pragmático da política externa, o Itamaraty nestas diferentes questões buscou implementar um curso de ação que seria vantajoso para o Brasil, onde a maximização e otimização dos ganhos foi o objetivo principal de suas decisões.

O debate ideológico e as idéias dele advindos são importantes, bem como a praticidade e busca de uma ação pragmática que venha ser traduzida em ganhos também são válidos. Contudo, o objetivo último e a validade existencial de uma política externa é a defesa do interesse nacional e obtenção de ganhos econômicos, políticos e sociais para o país.

Em suma, como é colocado por Duroselle (2000) “não existe nenhum ato político exterior que não tenha um aspecto de política interna”, ou seja, todo ato externo produz alguma reverberação no âmbito

interno. Desta forma, a política externa pode ser considerada como uma política pública. Neste sentido, por qualquer que sejam as interpretações (ideológicas ou pragmáticas), as decisões de política externa de um país devem prezar e almejar o bem-estar do cidadão nacional.

Referência

Sites:

Folha On-line

www.folha.com.br

BBC Internacional

<http://www.bbc.co.uk/>

OPSA – Observatório Político Sul Americano

SANTOS, Fabiano; MENDES, Ricardo; NARCISO, Thaís. **Procedimentos e Regras de Tramitação Legislativa de Política Externa no Brasil: O Caso da Adesão da Venezuela ao Mercosul**. 2007 Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/busca.php>

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Teoria das Relações Internacionais. Brasília, Ed: UNB. 2000.

Ver Também:

10-07-2008: A inflexão da política externa brasileira para o Sul e o fórum IBAS

19-12-2007: Política externa brasileira: alguns fatos dos 1805 dias do governo

Lula

10-11-2006: A política externa brasileira na campanha presidencial

Palavras Chave:

Política externa brasileira, ideologia, pragmatismo.

Hillary Clinton visita o Brasil: divergências acerca da legitimidade do programa nuclear iraniano

Análise
Segurança
Vinícius Tavares de Oliveira
15 de Abril de 2010

A visita da secretária de Estado estadunidense, Hillary Clinton, ao Brasil, no início deste mês, chamou a atenção não só pelas discussões das relações entre os dois Estados e suas políticas para o continente americano, mas também pelas divergências acerca da legitimidade do programa nuclear do Irã. Com discursos divergentes, os dois países tentam chegar a um consenso para tentar solucionar a questão nuclear iraniana.

Ao desembarcar no Brasil, no início de março, a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, já chamava a atenção para pontos que estavam fora da agenda dos dois países para o continente americano. Questões como as de Honduras, Haiti, Venezuela e Colômbia foram colocadas em segundo plano para que se pudesse falar acerca do polêmico programa nuclear do Irã.

Desde que o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, anunciou, em fevereiro, a ampliação de seu programa nuclear, os Estados Unidos passaram a defender a imposição de sanções econômicas à Teerã como a maneira mais eficaz de se resolver o impasse que se configura a questão que se arrasta por quase dez anos.

O programa nuclear iraniano

O problema acerca do programa nuclear iraniano data de 2002, quando o país começou a desenvolver seu programa. Na época, este programa causou abalos no sistema internacional, gerando dúvidas sobre o tom pacifista que acompanhava os discursos de autoridades iranianas.

Por ser membro do Tratado de não-

Proliferação Nuclear (TNP)¹, o Irã deveria submeter seu programa a inspeções regulares que visam atestar seu caráter pacífico. Contudo, o país se negou a mostrar todas as suas usinas, o que fez com que países como Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia se reunissem para produzir uma resolução que foi encaminhada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e visava tomar medidas baseadas no capítulo VII da carta da ONU².

Desde então, o impasse iraniano vem se mantendo sem perspectivas de solução nos órgãos da ONU. Declarações agressivas por parte do Irã (como a proferida pelo chefe de Estado iraniano em Julho de 2004, quando este diz que gostaria de ver o Estado de Israel eliminado do mapa³) elevam as tensões dos debates que chega em 2010 com novas polêmicas e novos atores envolvidos no

¹ Ver Glossário

² O capítulo VII da Carta das Nações Unidas prevê atitudes mais rígidas com relação a países que ameacem a paz, tais como sanções econômicas e até invasões militares.

³

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u75073.shtml>

processo de negociação da paz; dentre eles, o Brasil ganha um destaque por manter um posicionamento diferente dos Estados Unidos, um dos principais atores envolvidos nas negociações com o país islâmico.

Percepções diferentes de um problema antigo

Com duras críticas ao programa nuclear iraniano, os Estados Unidos, através de sua Secretária de Estado, mantiveram seu posicionamento ofensivo que consiste em aplicar sanções ao Irã para forçar um diálogo com o país islâmico. “Somente depois que aprovarmos as sanções no Conselho de Segurança das Nações Unidas, que o Irã irá negociar em boa fé”⁴, disse Hillary à BBC Brasil.

A Secretária afirmou que o Irã, ao se dirigir a países como o Brasil, Turquia e China, conta histórias diferentes para que estes possam defender Teerã e fazer com que estes estados se posicionem contrários a qualquer tipo de retaliação (política ou econômica). Para os americanos, o espaço para o diálogo acabou e este só será retomado quando o Irã for afetado de forma direta, através de sanções. O grande argumento dos EUA seria de que o Irã estaria “disfarçando” a construção de armas nucleares neste “suposto” programa pacífico.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, ao se posicionar em relação ao assunto, afirmou que, ao contrário do que pensam os norte-americanos, sanções servirão, apenas, para atravancar as negociações com Teerã. Além disso, o chanceler foi enfático ao dizer que o Brasil não adotará a “decisão da maioria” e que isto, em certos casos, pode ser um grande erro. “Não se trata apenas de se curvar à opinião de um

consenso, que você pode não concordar. Nós acreditamos que ainda há a oportunidade de se chegar a um acordo, talvez exija um pouco de flexibilidade de parte a parte”, afirmou o Ministro Celso Amorim em entrevista à BBC Brasil.

Além disso, o ministro salientou que o Brasil se preocupa com a atual situação em que se encontra o programa nuclear, mas lembra que é preciso respeitar o direito que o Irã tem, enquanto membro do TNP, de enriquecer Urânio a 20%.⁵

A ideia de resolver a questão iraniana é, de certa maneira, inerente às políticas externas dos dois países. Ainda que os mesmos tenham objetivos diferentes com relação a esta resolução, não se deve deixar de lado este aspecto.

Perspectivas e possibilidades de resolução do impasse

A conduta rígida que os Estados Unidos adotam em relação ao Irã pode ser explicada não só pelo fato de que os mesmos estão mais presentes na região do Oriente Médio, mas também porque o país islâmico já deu sinais de que se considera um inimigo do país ocidental. Desta forma percebe-se a árdua tentativa dos EUA, manifestada aqui pela visita da Secretária de Estado ao Brasil, de convencer a sociedade internacional que este programa nuclear é demasiadamente perigoso para a manutenção da estabilidade mundial.

Por outro lado, ao defender o direito que Teerã teria de desenvolver a tecnologia nuclear, o Brasil, de forma indireta, defende o seu direito de fazer o mesmo. Além disso, com o objetivo de figurar como uma influência mundial, o país adota uma posição mais flexível visando a política de “boa camaradagem” para

4

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100303_hillarycoletiva_fp.shtml

⁵ Para que seja produzida uma arma nuclear, o Urânio precisa ser enriquecido a mais de 90%.

conquistar a confiança de seus aliados e ser bem sucedido nas negociações internacionais.

Em princípio, o panorama que se traça para as negociações não é dos mais otimistas, uma vez que esbarra em duas questões centrais: a dificuldade de se adotar uma resolução que lide de forma mais enfática e direta com este problema⁶ e a problemática de o Irã acatar tal potencial resolução, pois o mesmo já afirmou várias vezes que não respeitará decisões que lidem com a paralização do programa nuclear do país.

Desta forma, a inserção de novos países à mesa de negociação (o Brasil, por exemplo) pode ser de grande ajuda no sentido de que estes podem trazer novas visões e alternativas para os velhos problemas que ameaçam a estabilidade internacional.

Referências

Sites:

BBC Brasil:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100303_hillarycoletiva_fp.shtml

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100302_hillary_qanda.shtml

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/11/091123_ahmadinejad_final_pc_np.shtml

Breitbart:

http://www.breitbart.com/article.php?id=D9E7AK3O0&show_article=1

Capítulo VII da Carta da ONU:

<http://www.un.org/en/documents/charter/chapter7.shtml>

Folha Online:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u75073.shtml>

Ver Também:

03/05/2006 [Impasse enquanto ao programa nuclear do Irã](#)

16/06/2006 [O programa nuclear do Irã: novos acontecimentos](#)

15/12/2009 [Brasil: papel de mediador no Oriente Médio?](#)

15/12/2009 [Crônica de uma visita anunciada](#)

05/04/2010 A visita de Lula ao Oriente Médio: Consolidação de um projeto de liderança latino-americana

Palavras-chave: Brasil, Irã, Estados Unidos, Energia Nuclear, Armamentos Nucleares

⁶ Visto que países como Rússia e China são aliados do Irã e, em última instância, poderiam vetar tal resolução.

Conjuntura**Internacional**

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto. de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira
Prof^a. Liana Araújo Lopes

Membros: Bruna Monteiro da Fonseca; Celso Augusto de Freitas Filho; Clarice Moreira de Moraes; Daniel Peluso Rodrigues da Silva; Fernanda Nunes Costa Nacif; Fernando Corrêa dos Santos; Jéssica Silva Fernandes; Larissa Rabelo Pires Martins; Marina Scotelaro de Castro; Patrícia Eler Seide; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Pollyanna Reis Dias; Raissa Pacheco Ayres Daher; Rúbia Pereira Rodrigues; Thainá Sesterhenn Chaves; Victor Eduardo da Motta Nunes; Vinícius Tavares de Oliveira;

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais,
prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte -
MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:
ci@pucminas.br website: